

Configurações de Gênero e Sexualidade na Literatura de Auto-ajuda Gender and sexuality forms in the self-help books

by Vera Lucia Pereira Alves
Universidade Católica de Campinas, Brazil.

Vera Lucia Pereira Alves: Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1986. Psicoterapeuta. Mestre em psicologia clínica por esta mesma universidade, tendo defendido em 1997, dissertação sobre psicoterapia conjugal. Doutora em Educação pela UNICAMP com tese defendida em 2005 sobre literatura de auto-ajuda direcionada à conjugalidade. Professora do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

S U M M A R Y / R E S U M O

This article presents some analysis around the forms that gender and sexuality are present in self-help books, especially directed to partner's courting and relationship maintenance. This literature presents conjugality like a norm that overrides the heterosexuality norm. Therefore the masculinities and femininities are presented in line with the heterosexuality.

Este artigo traz uma discussão sobre os problemas por mim enfrentados durante meu trabalho de campo. Diferentemente das autoras da coletânea *Women in Field* que relatavam a restrição do trabalho e da ação que sofreram pelo fato de serem mulheres entrando em espaços, sociedades e temas considerados masculinos; minha experiência parece ter sido oposta, embora tenha gerado a mesma dificuldade na obtenção dos dados. Eram os homens que se sentiam tolhidos em seus comportamentos e ações por considerarem que estavam em um espaço feminino: um ambulatório de reprodução humana. Ao final da discussão trazido no artigo, percebemos que as dificuldades advindas com o trabalho de campo trazem questões fundamentais para a pesquisa, que muitas vezes não foram colocadas em seu início.

A R T I C L E I N F O

Keywords / Palavras-chave

Gender, sexuality, conjugality, self-help literature, media / gênero, sexualidade, conjugalidade, literatura de auto-ajuda, mídia

How to refer to this article

Pereira Alves V.L., Gender and sexuality forms in the self-help books, 2007, Omertaa, Journal for Applied Anthropology, <http://www.omertaa.org/archive/omertaa0008.pdf>

A literatura de auto-ajuda é um produto cultural reconhecido publicamente como de grande vendagem, ao menos nos E.U. A e no Brasil, países em que, são editados milhões de títulos a cada ano apontando para um crescimento de vendas muito maior que em qualquer outro estilo literário. Contudo, não apenas nestes países, pois este fenômeno também se presentifica, com intensidade crescente, na Ásia, revelando-se como exemplar produto da mídia globalizada. Trata-se de um segmento literário que aborda e prescreve para vários assuntos e interesses sempre com o objetivo de ensinar ao leitor a lidar com o assunto em questão sem recorrer a um especialista. Livros de auto-ajuda sobre economia doméstica, ajudam o leitor a, por exemplo, cuidar sozinho de suas finanças.

Dentre as várias temáticas abordadas por estas obras, a conjugalidade é uma daquelas em que se encontram inumeráveis títulos possibilitando conceber esta literatura como um produto cultural que, da mesma forma que os romances, os filmes, as novelas de TV, não apenas reflete mas também instaura novas configurações acerca das relações de parceria, pois ao serem apreciados, os modelos oferecidos instalam-se no imaginário dos indivíduos, por retratarem, como relatam os entrevistados dos estudos de Simonds (1996) e de Zimmerman, Holm, Starrels, Haddock & McGeorge (2001), “exatamente”, com enorme “perfeição”, a vivência dos leitores.

Em estudo recente (Alves, 2005) acerca da literatura de auto-ajuda direcionada à conjugalidade constatou-se que os livros deste segmento tratam em grande parte, separadamente as diferentes fases da conjugalidade: a procura por parceiros e a manutenção das relações já estabelecidas. Contudo, alguns outros abordam genericamente as relações de parceira sem dirigir-se especificamente a cada uma das fases delineadas pelas outras obras (Alves, 2005).

A Importância e o Sentido da Conjugalidade

Nestes livros a conjugalidade --quer abordada pelas obras que versam sobre as relações já estabelecidas ou pelas que não distinguem suas fases ou ainda por aquelas que tratam do período de conquista do/a parceiro/a-- é uma relação em contínuo processo de construção e manutenção, dirigido apenas por seus membros: “O casamento não é uma coisa parada, fixa, um vínculo estático entre duas pessoas que estão dentro de uma fôrma. Nem uma camisa de força que as manterá sem movimentos e sempre iguais. O casamento é uma caminhada pela estrada da vida. Envolve um processo de autodescoberta em que um ajuda o outro a crescer e ser o melhor de si mesmo” (Matarazzo, 1992:16).

A ênfase numa construção elaborada pelo casal, parece desenhar a conjugalidade, com uma liberdade de configuração. Ela pode tomar qualquer formato, desde que com o agrado e concordância dos cônjuges. Anunciada assim, parece não ter, em princípio, um caráter institucional, por ser uma relação de características que variam a cada par de cônjuges. Todavia, mesmo sob a forma de acordos, trata-se de uma proposta institucional. Há toda uma ampla explicitação de seus fundamentos. Ela se institucionaliza pelas leis e pelos costumes pressupostos para sua configuração.

A conjugalidade proposta por esta literatura é considerada um evento benéfico e necessário ao desenvolvimento emocional de homens e mulheres. As pessoas devem se casar

porque, em assim fazendo, poderão vir a ter, na relação com o parceiro, uma oportunidade não apenas de aprimorar-se como também contribuirão para o aprimoramento do outro.

A função básica e enfatizada é de propiciar o desenvolvimento pessoal; a conjugalidade é afirmada como um projeto de amor-próprio. Vivendo com o parceiro, se exercita um amor a si mesmo. E este tipo de amor por si, acaba por constituir, na conjugalidade da auto-ajuda, praticamente o único espaço possível para o sentimento amoroso. O amor entre parceiros, que culturalmente é tido como a “essência”, ou o motivo do casamento, surge nesta literatura bem distante desta acepção. Ele encontra-se apresentado e igualado a um “complexo afetivo” em que intimidade e comprometimento devem estar presentes, desde que não acompanhados de paixão. Esta pode, no máximo, ter originado a união, no entanto, como é sinônimo de “exagero”, torna-se dela excluída pelo seu poder perturbador. Aos mesmos homens e mulheres a quem se indica o casamento para o auto-aprimoramento, também se prescreve que já tenham um mínimo de consciência de si, de seu funcionamento e de suas necessidades, antes de nele entrar.

Esta literatura não propõe aos leitores para que se casem a fim de cuidar de seus parceiros; esta é uma possibilidade apenas decorrente, não é a função primária desta união, pois indica-se que um cônjuge “apenas” estimule o crescimento do outro. Os cônjuges não têm por missão resolver os problemas do outro ou ajudar na vida conjugal e cotidiana, mas sim ajudar, especificamente, o outro a cuidar de si, a realizar seu próprio processo de crescimento emocional, a ampliar seu autoconhecimento. Designa-se a eles o desempenho de uma função “psicoterápica”: “ajudar a descobrir a verdade fundamental um do outro pode ser um evento espetacular para um novo casal. Quando nos conhecemos, pelo menos um dos dois ainda pode ser a matéria-prima, o bloco de mármore que terá de ser esculpido” (Taylor & Mc Gee, 2000, p.268). Trata-se da proposta de que cada um dos parceiros se comunique com o outro, de forma a dar toda uma ênfase às emoções, porém, nem tanto às do cônjuge, mas muito mais às próprias, até porque este parceiro-cuidador não pode ser visto como o salvador, “como alguém que vai resolver todos os seus problemas” (Matarazzo, 1992: 72), pois isto geraria dependência, amplamente condenada pelos autores: “quando sentimos que não podemos sobreviver sem a outra pessoa, somos dependentes do relacionamento, ficamos desesperados para que ele não termine” (Taylor & Mc Gee, 2000: 282).

Esta literatura enseja deste modo, a concretização de uma identidade individual que Singly e Peixoto (2000), na sociologia, dizem haver no fundo de cada um de nós: “um ‘verdadeiro eu’ - esse mito da interioridade - [que] se constituiu

de forma lenta no Ocidente, até tornar-se uma evidência normativa para cada um de nós, à qual se juntou um outro imperativo, o de ser autônomo” (p.14).

Para o gerenciamento de tal conjugalidade, centrada no indivíduo, aconselha-se uma série de condutas focalizadas no controle pessoal das emoções, tido por necessário tanto aos homens quanto às mulheres, o que a torna bem complexa, demandando forte empenho daqueles que a ela adentram: “um relacionamento saudável implica hard work, arregaçar as mangas e ir à luta. Requer compromisso e coragem para crescer e mudar” (Matarazzo, 1992:46) e não se fundamenta apenas na “escolha de parceiros, mas de como as pessoas caminham juntas pela vida” (p.17) que, para ser vivida, se torna completamente dependente da habilidade cognitiva dos parceiros. A via cognitiva é a única possível para concretizar tal proposta de gerenciamento conjugal. Não apenas sob a forma de autoconhecimento, mas também pelas informações várias que se possa obter acerca da vida pessoal, emocional, sobre administração do lar, enfim, todas aquelas que venham a beneficiar os parceiros da conjugalidade e a manutenção da mesma.

A recomendação e a “obrigatoriedade” do casamento que, em seus primórdios, motivou-se pela formação de alianças, hoje, segundo a literatura de auto-ajuda, situar-se-ia em menor escala numa troca afetiva entre parceiros escolhidos por amor. Esta seria uma “segunda” motivação para o casamento, uma vez que a conjugalidade representada ancora-se na necessidade primeira de amadurecimento emocional.

Ainda que persistam, conjuntamente, as motivações econômicas e amorosas, o casamento está proposto como um imperativo psicológico. Por mais difícil que seja casar e manter-se casado, pelas intempéries comuns às relações e pela conjugação das individualidades dos parceiros, há que se pôr em prática este exercício de “amor-próprio”, de aprimoramento pessoal. “Aprendemos sobre nós nos relacionamentos” (deJongh & Cato-Louis, 1999:181).

As necessidades individuais de cada um dos parceiros são priorizadas de tal forma que o indivíduo se casa ou se mantém casado em função do alcance deste objetivo: “sempre temos de pensar com todo cuidado sobre a sensatez de assumir ou tentar preservar um relacionamento em que nossas necessidades essenciais não são aceitas e apreciadas” (Taylor & Mc Gee, 2000:174).

As práticas, os rituais, as condutas que o indivíduo deve desempenhar no seu ambiente e consigo próprio para constituir e para constituir-se no marco da conjugali-

dade, se tornam de tal modo o foco: “o casamento não vai depender só da escolha do parceiro, mas de como as pessoas caminharão juntas pela vida” (Matarazzo, 1992:17), que acabam por instaurar um ideal de indivíduo, aquele aprimorado no marco da conjugalidade que, por sua vez, poderá configurar as relações conjugais como um relacionamento puro, como na concepção de Giddens (1993):

Um relacionamento puro não tem nada a ver com pureza sexual, sendo um conceito mais restritivo do que apenas descritivo. Refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social, apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfação suficientes, para cada uma individualmente, para nela permanecerem (Giddens, 1993: 68-69).

Nas obras brasileiras a conjugalidade está proposta como um evento que reúne casais e filhos (Matarazzo, 1992), enquanto que nas produzidas nos EUA, a questão “filhos”, é tratada em separado da conjugalidade, embora nela inseridos. A ênfase norte-americana recai na necessária atenção à qualidade do vínculo conjugal pressuposto como diminuído pela atenção aos filhos. A proposta reflete uma distinção entre cuidado com crianças e cuidado com o casal. Ambos devem coexistir. Não se estimulam casais sem filhos, ou que não se cuide deles. No entanto, mesmo que obras de auto-ajuda, produzidas nos EUA priorizem o vínculo conjugal, a clara intenção de incentivar a formação de famílias se revela na condenação à prática da coabitação, pelo “atraso” ou pelo impedimento a elas, que possa induzir.

Indubitavelmente, a conjugalidade pode estar posta com a intenção de formação de famílias, com a sedimentação de seu espaço como o único “correto” para a procriação, com a manutenção do sistema e até por razões de estado, porém, a meta das obras, talvez por conta de como se concebe a conjugalidade nesta literatura e das funções a ela creditada, é o casamento e sua manutenção, colocado como dever, não para com a sociedade, mas para consigo próprio. Na ênfase para a conjugalidade não há qualquer apontamento para questões sociais, seja de que ordem for que a justifiquem.

O indivíduo deve casar; a convivência com o parceiro fará dele um sujeito melhor e para tanto os autores não apenas contribuem com o leitor, auxiliando-o a casar, pensando em suas necessidades e em como satisfazê-las de forma a obter o seu crescimento emocional, mas oferecem suas

obras como recurso para que ele elabore como casar e depois como se manter casado, a fim de que continue seu processo de autodesenvolvimento. A conjugalidade não é o fim do caminho, pois está colocada como parte da caminhada individualizante, simultaneamente, como um prêmio e como um instrumento desta.

Na direção de tal conjugalidade, o foco de maior atenção desta literatura centra-se na individualidade daquele que deve casar. Não se dá quase atenção alguma ao parceiro com quem o indivíduo em questão vai se relacionar. O outro da relação --o parceiro futuro, ou presente-- apenas surge, abstratamente, quando das indicações gerais àquele a que o autor se dirige; quando ele mostra ao seu leitor o que um “abstrato” parceiro poderia sentir, pensar, desejar dele ou da relação. Isto ocorre porque as prescrições estão exclusivamente direcionadas à pessoa daquele que deseja se casar. Trata-se de dizer como ele deve ser, como deve se comportar, e não com quem deve se casar. São prescrições, como já dito, acerca do ensino ao leitor de práticas que ele deve operar sobre si para ser e ter um parceiro. Desta forma a ênfase no sexo do parceiro fica diminuída a ponto de se chegar a permitir, ao menos na obra de auto-ajuda de Savian (1999), a possibilidade da conjugalidade homossexual. A reificação da norma de conjugalidade, no conjunto das obras do estudo (Alves, 2005) sugere que a “continuidade causal” entre sexo/gênero/desejo que Butler (2003) constata instituir compulsoriamente a heterossexualidade, encontra-se relativamente rearranjada. Estas obras parecem ensinar algo diverso. O matrimônio prescinde do direcionamento à heterossexualidade. O desejo pelo sexo oposto torna-se secundário em relação ao desejo do próprio aprimoramento, através da conjugalidade. A concepção de Butler (2003) de que “a coerência ou a unidade internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional” (p.45) é posta em xeque ao menos pela existência da obra que se dirige aos GLSs (Savian, 1999).

O casamento, a conjugalidade, também não estão descritos como legitimadores sociais da sexualidade, o que se conforma, ou o que representa a possibilidade de uma atividade sexual que prescinde do casamento para lhe dar legitimidade. No âmbito das práticas homossexuais há, atualmente, em nossa sociedade, um forte debate acerca da legalização do casamento gay. Talvez para estas relações, o casamento seja ainda a alternativa de legalização.

A obra que abre espaço para a homossexualidade, no entanto, não a propõe legitimada pelo casamento. Savian (1999) não sugere que os homossexuais se casem, nem

sequer apresenta-se defendendo o casamento entre eles. O que faz é prescrever o casamento a todos os indivíduos, como os outros autores, acrescentando apenas que o presume para qualquer que seja sua opção sexual. Reforça-se, assim, o quanto o casamento, nesta literatura não é realmente proposto como espaço de legalização civil e social de práticas sexuais, bem como não pode ser compreendido como meramente vinculado às normas que instauram uma heterossexualidade compulsória.

Com livros de auto-ajuda direcionados à conjugalidade, pode-se perscrutar a abertura de um espaço de domínio decrescente da heterossexualidade, que é tida por fundante da conjugalidade. Piscitelli (2003), comentando as idéias de Gayle Rubin, refere como a autora constata desde Lévi-Strauss que “Os sistemas de parentesco envolveriam a criação social de dois gêneros dicotômicos, a partir do sexo biológico, uma particular divisão sexual do trabalho, provocando a interdependência entre homens e mulheres, e a regulação social da sexualidade, prescrevendo ou reprimindo arranjos diferentes dos heterossexuais” (p.213), redundando no fato de que para ela “os indivíduos seriam marcados por gênero para garantir o matrimônio” (p.213). Na proposta desta literatura, analogamente, o casamento pode vir a deixar de ser referendado por dois sexos dicotômicos, delineados a partir da diferenciação sexual. A interdependência entre os parceiros que pode se dar igualmente, em função da divisão sexual do trabalho, está aqui acrescida da função psicológica que cada um deve oferecer ao outro, que é a característica doadora de sentido à conjugalidade nesta literatura: casar para um cuidado emocional de si, em presença ou com a facilitação do/a parceiro/a. Os cônjuges devem estabelecer entre si o propósito de ajudarem-se mutuamente no aprimoramento emocional de cada um. Esta é a “tarefa” que a literatura de auto-ajuda apresenta como central aos parceiros de uma conjugalidade materializada. Ela deve ser exercida, independente do sexo de cada um; é uma proposta de atuação igualitária. No entanto, mesmo sobrepondo a norma da conjugalidade, como da ordem do emocional à norma da heterossexualidade, é a heterossexualidade a conjugalidade mais indicada.

Os conselhos dos autores de livros sobre conquista centram-se em indicações das mais eficazes condutas para a conquista de um/a parceiro/a que têm por certo ser do sexo oposto.

São prescrições de comportamentos às mulheres em que se sugere que atentem aos gostos dos homens, e conselhos aos homens que objetivam atuarem adequadamente com a mulher que pretendem conquistar. Até mesmo Savian

(1999), o único autor a mencionar a possibilidade de homossexualidade no decorrer de seu texto, aconselha algumas condutas específicas a cada um dos que pretendem conquistar um parceiro, tomando por suposto o interesse por alguém de sexo diferente ao seu. Com o subtítulo de “Dicas para as mulheres”, ele lhes sugere, por exemplo: “Fale de seu trabalho [...] Esse é um modo de falar de um repertório mais familiar dos homens” (p.116). Sob o subtítulo de “Dicas para os homens” ele, entre várias sugestões, indica-lhes que “Não a trate com superioridade. Mulher detesta isso” (p.117).

Sexualidade e Gênero

O indivíduo a quem os autores de auto-ajuda dirigem suas obras, a quem se prescreve o casamento e a quem se prescreve todo um autocuidado para que se casem e para que se mantenham no casamento, não é considerado um ser neutro em termos de gênero, como às vezes se possa pensar quando se constata as sugestões de algumas das práticas deste autocuidado. Todas as receitas, tanto para a conjugalidade como para o autocuidado explicitam direta ou sutilmente modelos adequados de masculinidades e feminilidades construídos com base nos significados dados às diferenças corporais. Deste modo, os autores traçam um panorama de estilos de feminilidades e masculinidades, permeando as ações dos indivíduos.

Por haver o objetivo de ensinar um parceiro a lidar com o outro em função não de uma singularidade individual, mas de comportamentos que ele apresentaria, por serem “inerentes” ao sexo a que pertence, e por se ter por base que seriam de sexos opostos, os comportamentos representados nesta literatura como femininos e masculinos estão configurados e apresentados em decorrência também do objetivo, em oferecer ao leitor parâmetros para a convivência com o/a parceiro/a, como se constata em Pease & Pease (2000) “A mulher que experimenta um vestido e pede a opinião do homem geralmente ouve um ‘bom’ como resposta. É o mesmo que nada. Para impressionar, o homem deve dar detalhes, como faria outra mulher” (p.130).

A sexualidade, nestas obras, está tematizada sob dois ângulos complementares: o relacionamento sexual entre parceiros de uma conjugalidade e a compreensão dos comportamentos de homens e mulheres decorrentes de suas diferenças sexuais.

Vida sexual e sexualidade são compreendidas diferenciadas, pois como bem explicita Vance (1995 in Heilborn, 1999:40), vida sexual não é sinônimo de sexualidade, já que esta refere-se à “construção histórica, na moder-

nidade, de uma dimensão interna dos sujeitos, profundamente imbricada num modelo particular de construção da pessoa”, para a qual, importa e aponta toda a conceituação referida ao funcionamento de cada um dos sexos, quer no tocante à atividade sexual, ou não; como, por exemplo, toda a diferenciação entre comportamentos dos homens e das mulheres, que se traça para as diferentes fases da relação de parceria.

A vida sexual encontra-se discutida de forma a demarcar a ligação entre as fases da conquista de parceiro/a e o casamento. Não se aponta uma vida sexual passível de ocorrência apenas quando inserida na conjugalidade, muito pelo contrário. Entretanto, as considerações para com a atividade sexual estão referidas à sua ligação com um relacionamento cuja intenção é que venha a se tornar conjugal. Tais considerações encontram-se sob os auspícios da aceitação de que é uma atividade sexual necessária e saudável, tanto no plano físico quanto no emocional: “A pessoa sem sexo fica irritável e temerosa, tornando o indivíduo incapaz de relaxar ou se concentrar” (Kent, 1991:142). Esta literatura assenta-se na mesma concepção evidenciada pelos estudos sociológicos: “Hoje, a atividade sexual conjugal é considerada a própria expressão do impulso mútuo dos cônjuges [...]. A ausência de relações sexuais entre cônjuges é, portanto, o indício de uma dificuldade ou de um problema conjugal que pode levar à separação” (Bozon, 2004:50).

A atividade sexual que é considerada na auto-ajuda, imprescindível na conjugalidade, contudo é tida como uma área problemática com dificuldades várias e práticas que decaem no decorrer do tempo, quando a configuração se materializa, além de evidenciar o foco na necessária fidelidade. A monogamia é uma característica que está implicitamente embutida na sexualidade conjugal da literatura de auto-ajuda. Desta forma, a condenação ao comportamento infiel é uma consequência natural. A reprovação da infidelidade é, porém, como na literatura acadêmica “menos avaliada como uma falta do que como um comportamento que traz consequências para o contrato conjugal” (Bozon, 2004, p.58); mesmo quando se arrolam características pessoais, justificadoras da infidelidade, não se condena o indivíduo, mas sim se explica com elas um ato que compromete a conjugalidade.

A abordagem dos meandros da vida sexual ocorre com mais intensidade nos livros que ensinam a conquistar um parceiro do que nas obras que tratam do cuidado da conjugalidade, o que parece coerente à concepção de sexualidade que atravessa estas obras, pois esta, ao mesmo tempo em que é tida como imprescindível à saúde da relação e dos

parceiros, é dada como prática de decaimento certo e área problemática dentro desta relação. Trata-se de uma concepção de sexualidade paradoxal.

Da mesma forma que Bozon (2004) aponta serem os problemas sexuais mais frequentemente arrolados no casamento, a ejaculação precoce e a ausência de orgasmo, os autores de auto-ajuda também se referem a estas mesmas dificuldades, porém, apenas em obras sobre conquista de parceiros. Os livros referentes aos cuidados com a conjugalidade não chegam a mencioná-los, nem a qualquer outro problema, confirmando outro paradoxo, pois as obras que se atêm à fase da relação apresentada como locus de problemas sexuais, não os aborda.

A não abordagem de problemas sexuais nestas obras deve, no entanto, ser compreendida no contexto das especificidades de toda a literatura de auto-ajuda. A sexualidade compõe um segmento específico desta literatura que visa a tratar problemas sexuais, ensinar o leitor a se ajudar naquilo que esteja relacionado, especificamente, à sua sexualidade. As obras direcionadas as relações de parceria, talvez pelo seu compromisso com as mesmas e por esta especificidade fragmentária do estilo, mantêm esta separação; dedicam-se apenas à conjugalidade, deixando a sexualidade para outros autores. Trata-se de uma consideração plausível mediante a representação cultural de sexualidade como esfera praticamente autônoma, que tem se constituído numa ciência específica, demandando portanto obras bem específicas. No entanto, por escolha própria dos autores ou pela “localização literária” da sexualidade, há uma (des) consideração com a sexualidade no âmbito conjugal, esta fica sem espaço suficiente para ser considerada em seu interior, restando-lhe somente uma área “especial” que pode ser debatida, por vezes de forma descontextualizada.

Ao mesmo tempo em que, na literatura de auto-ajuda, se valoriza e se incentiva a atividade sexual, esta se torna prioritariamente um referente moral. A sexualidade não se configura tanto em termos de espaço concreto de condutas e relações humanas, pois aparenta ser tratada muito mais pela sua qualidade moral, pelos valores a que está remetida quando do delineamento das várias condutas. Nesta linha, o próprio corpo, encontra-se concebido na mesma ordem de dicotomias e exatamente por isto alinha-se a esta compreensão de sexualidade.

O corpo, na literatura de auto-ajuda, não é compreendido pelo seu extremo de pura fisicalidade, como ocorre em vários produtos culturais. Ele passa a ser colocado num outro extremo: um espaço puramente psicologizado. Ele perde

sua fisicalidade para ser apenas um veículo de expressão da racionalidade. Torna-se locus do psicológico de uma forma que desaloja a fisicalidade e mais do que manter a cisão mente/corpo, perde a possibilidade da integração “corpo e alma” que na acepção de Corrêa (2004) possibilitaria a completude do “modo de estar no mundo, em pleno uso de todas as características que estas palavras evocam” (p. 176).

São ambigüidades que se alinham à dicotomia maior, estruturante do conteúdo destas obras. Amor e sexo são separados e diferenciados por questões valorativas. Amor é melhor que sexo, pode e deve incluí-lo, mas é de valor maior que todos os sentimentos a ele referendados, como paixão e atração. Tais ambigüidades em que se apresentam poderiam ser consideradas apenas parte da fragilidade do produto cultural, no entanto, estas dicotomias representam as linhas de força que se põem em conflito quando da tematização de assuntos que são por si carregados de tensão, como é o caso da sexualidade.

O fenômeno da conjugalidade que se descreve e para o qual se prescreve, nestas obras, está todo ele interligado à sexualidade. Ainda que não se prescreva o casamento para procriação, para legitimação de práticas sexuais; ainda que se casem dois parceiros de mesmo sexo e até se fossem indicados casamentos sem vida sexual, a conjugalidade seria marcada pela atividade sexual --pela sua presença ou pela ausência.

A abordagem da sexualidade fomenta as ambigüidades e dicotomias. Não a prática da atividade sexual em si, mas todo o discurso que a cerca e às práticas que a ela se correlacionam como bem se constata no referendo biológico que mostra sustentá-la como fruto e destino de um determinismo orgânico. Os cromossomos determinam com que sexo o ser humano nascerá e este se fará acompanhar de hormônios que determinarão como ele se comportará; “nada a ser alterado”.

As diferenças sexuais entre homens e mulheres referidas como fundantes das masculinidades e feminilidades apresentadas, mesmo que não estejam diretamente explicitadas como justificadoras da distinção de gênero, são tidas como base para apontar que homens e mulheres se diferenciam por serem anatômica e fisiologicamente diferentes. Tanto os hormônios como o funcionamento cerebral de cada sexo conduz a específicas condutas.

Pease & Pease (2000), autores de auto-ajuda, consideram que a testosterona; hormônio masculino é o que torna típico o comportamento masculino de intensa atividade sexual, da

mesma forma que a progesterona, hormônio feminino tipifica a feminilidade pelo instinto maternal em cuidar da cria. A base da diferenciação biológica entre os sexos origina-se, no entender dos autores, no período da gestação. Concepção esta que é uma possível explicação para a formação biológica da identidade sexual dos indivíduos, porém as ciências podem produzir várias delas, sendo ainda todas ou a maioria de plena coerência e plausibilidade. O que está em jogo aqui, é que se trata da escolha de uma referência, de uma leitura acerca de um fenômeno físico, a ser vendida como a resposta, “esquecendo-se” do que ressalta Dupré (1993 in Fausto-Sterling, 2001/02), de que “não há um modo único e dado por Deus de classificar os diversos produtos do processo de evolução. Há muitas maneiras plausíveis e defensáveis de fazê-lo, e a melhor maneira vai depender tanto dos propósitos de classificação quanto das peculiaridades dos órgãos em questão” (p.37).

Entretanto, esta literatura “vende” uma teoria dentre várias, como “a verdadeira” porque esta se ancora no físico, tido por puramente real, concreto e determinante, alienado do social e da idéia de que o que se pode ter dele é apenas uma compreensão, um modo de ver, como bem explicita Fausto-Sterling (2001/02) que, para surpresa de muitos, é bióloga de formação: “nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. Quanto mais procuramos uma base física simples para o ‘sexo’ mais claro fica que o ‘sexo’ não é uma categoria física pura. Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas idéias sobre o gênero” (p.19)

Como esta mesma autora refere, o corpo físico não é um recurso neutro sobre o qual se possam construir teorias “científicas”, embora se faça necessário reconhecer e usar aspectos que fazem parte do corpo. Não se trata, portanto, de negar toda a fisicalidade, com seus órgãos, hormônios e toda a diferença anatômica entre macho e fêmea, mas sim de entender que toda esta matéria já “contêm noções de gênero e sexualidade” (p.63). Mas, para os autores de auto-ajuda, qualquer explicação de base social para as diferenças de comportamento entre homens e mulheres, é explicação do passado, pois “Recentes estudos de biologia mostram, porém, um panorama completamente novo e apontam os hormônios e o cérebro como os principais responsáveis por nossas atitudes, preferências e comportamento. Isso quer dizer que, ainda que criados em uma ilha deserta, sem uma sociedade organizada ou pais que os influenciassem, meninos competiriam física e mentalmente entre eles, formando grupos com uma nítida hierarquia, e meninas trocariam toques e carinhos, se tornariam amigas e brincariam com bonecas” (Pease & Pease, 2000, p.17).

Trata-se da divulgação de informações absolutamente contestáveis. Entretanto, Pease & Pease (2000) enfatizam todo um biologicismo apreciado cada vez mais numa sociedade que tem tornado as justificativas organicistas mais aceitas e mais freqüentes. Talvez a explicação puramente orgânica possa ser de mais fácil assimilação, até pela isenção de responsabilidade que promove. Os indivíduos, sendo “apenas” fruto de sua biologia, não são responsáveis por seus atos. Quando estes autores se referem à esfera de explicações para a homossexualidade, tornam esta possibilidade bem evidente: a “maioria das pessoas tolera melhor quem possui características inatas do que quem, em sua opinião, fez uma escolha que lhes parece inaceitável. Tal como os heterossexuais, gays e lésbicas não escolhem sua orientação sexual” (p.155).

Por mais alienantes que sejam as considerações traçadas na literatura de auto-ajuda, elas respondem de alguma forma ao grande público. Talvez o façam, não pela pertinência, mas porque estão associadas a idéias de senso comum, muito divulgadas. Desta forma, uma obra como esta se vende porque “explica exatamente” aquilo que muitas pessoas parecem constatar em suas vidas cotidianas. Elas se oferecem como justificativas plausíveis para os comportamentos socialmente estereotipados e socialmente construídos com que são defrontadas todos os dias, e muitas sem ter como checar a propriedade destas informações. Em livros como estes também não se abordam as exceções. O grande público, por vezes, não tem acesso a informações, por exemplo, sobre as crianças que nascem com sexo ambíguo e que demandam muitas e sérias reflexões para seu cuidado, que teorias simplistas não dão conta de responder.

Deste modo, e ainda revestindo-lhes com o caráter de “científico”, de dados “provenientes das mais recentes pesquisas”, estes textos possibilitam ou instigam um conformismo.

Levando ao corpo, terreno considerado imutável, todas as considerações possivelmente mutáveis, aplacam um grande movimento por busca de condições sociais mais igualitárias entre homens e mulheres, as quais eles parecem tentar apagar: “Qualquer teoria que insista na uniformidade sexual é muito perigosa porque exige o mesmo comportamento de pessoas com circuitos cerebrais completamente diferentes” (Pease & Pease, 2000:231). Para reforçar o quanto as diferenças são de fundo biológico, e, portanto “imutáveis”, citam o fato de que os “relacionamentos e casamentos entre jovens de hoje vão de mal a pior” (p.231), pois estes jovens estariam afeitos às crenças na igualdade entre os gêneros.

À sexualidade, concebida em meio a este contexto, resta apenas recolher-se em um campo de operação entre o determinismo fisiológico e social. Sexo e amor tornam-se

“etéreos”. Amor por não ter aqui um discurso, sexo pode ser quase só discurso. O que fazer com as dores de amor? Estas obras não oferecem qualquer ajuda para isto. O que fazer com as “dores do sexo”, como a AIDS? A literatura oferece o recurso do julgamento moral; “conheça bem o parceiro”, ou acrescenta o “etéreo amor” para se viabilizar o uso de preservativo. Amor e sexo são “essenciais e imprescindíveis” à conjugalidade. O que são eles? O que fazer com e deles? Como lidar com estes elementos tidos como essenciais? A literatura de auto-ajuda não ajuda a abordá-los.

A literatura de auto-ajuda concebe e instiga a “modelagem” de indivíduos tidos como rigidamente marcados por um gênero derivado da anatomia com que nasceram e que, por respeito a ela, devem atuar na relação com o outro, segundo o que social e culturalmente tem sido identificado como dela decorrente. Desta forma, não apenas reifica distinções de gênero, como prescreve sobre aquelas mais marcadas e operantes. Representa as desigualdades entre homens e mulheres e as estimula, simultaneamente. Opera, como diz Louro (2002) acerca de outros produtos culturais, “não apenas como transmissoras de conhecimentos, de valores ou de verdades, mas como eficientes produtoras de identidades” (p.232).

E é sobre a mulher que mais se centra esta pressão. Ela recebe dos autores destas obras, uma grande incumbência: a de ser a responsável pela vida conjugal. A ela cabe selecionar, cuidadosamente um parceiro, ter absoluto controle sobre seus comportamentos no decorrer da fase de conquista, gerenciar suas emoções também durante o casamento, ficar o tempo todo alerta quanto à avaliação moral que recai sobre suas condutas, mas, acima de qualquer coisa, corrigir-se sempre, por ser de início, considerada inadequada.

Além de ter de fazê-lo, rumo a um ponto de equilíbrio por demais sutil: não se pôr absolutamente disponível aos homens, não se apresentar a eles, indisponível. Ter a capacidade de seguir continuamente alinhada ao que dela esperam os homens, parecendo operar ativamente, submetendo-se, porém, a seus ditames. Para ela, o casamento não é indicado apenas para seu crescimento emocional, ele surge marcado como uma solução de ordem econômica. A mulher precisa muito casar e para isto tem que se cuidar atentamente. Assim, o padrão de feminilidade desenhado nestas obras, visa a se apresentar como o modelo ideal de conduta na perseguição do objetivo de conquista de parceiro. É concepção dos autores que um amplo espectro do modo de ser, feminino não é propício ao alcance deste objetivo; portanto, delineiam um estilo em função da idéia de qual a feminilidade mais correta a ser externalizada quando da conquista.

O recato quanto à expressão da sexualidade é o atributo que surge mais enfatizado. Espera-se que a habilidade de prática do ato sexual seja uma característica marcante, mas, não decorrente de uma vivência com muitos parceiros. Ter relações sexuais com vários deles e sem envolvimento afetivo remete a idéias de promiscuidade e distanciamento afetivo, noções que, na literatura de auto-ajuda, não são positivamente avaliadas em termos de feminilidades e sim em termos de estilos de ser homem: “a mulher cafajeste pensa igual ao homem ‘cafa’, ou seja ‘vou me divertir com os errados, enquanto não aparece o homem certo’” (Nunes, 2002:131). Uma postura sexual “mais ousada” é apenas indicada quando o parceiro em questão é aquele não eventual, mas sim alguém considerado futuro cônjuge. Nas palavras de Nunes (2002) trata-se de um recato a ser externalizado de forma a afastar todo e qualquer homem que não se caracterize como o qualificado. A mulher deve comportar-se como “uma senhora na sociedade e uma puta na cama” (p.112).

Referenda-se, portanto, a qualidade feminina na capacidade de selecionar os parceiros sem chegar a extremos: rejeição absoluta ou promiscuidade. A disponibilidade feminina está marcada por um precioso equilíbrio entre os extremos contra-indicados, por um lado --em ceder e se relacionar sexualmente com vários, em se mostrar disponível sendo também submissa ao homem, só elogiando-o, como refere Kent (1991) ou procurando aqueles que precisam de muitos cuidados, como enfatiza Carvalho (1999) e por outro lado-- se mostrando refratária aos homens, vendo defeitos em todos, o que a qualificaria como frustrada, segundo Carvalho (1999) ou sendo a resmungona descrita por Kent (1991).

Elas se têm muitos parceiros, são mulheres “fáceis”; eles, no mesmo caso, são experientes. Como refere Bozon (2004) em sua análise sociológica “a oposição raridade/número transformou-se em uma estrutura psicológica profundamente interiorizada” (p.95) e amplamente presente nesta literatura, tornando a atividade sexual como algo objetificado; isento de afetos, quer da ordem do romântico, quer da ordem do gozo físico. Nem mesmo se explora a marcante tensão entre desejo e sentimento, tão freqüente em nossa cultura, como também reitera este autor “Os homens continuam a ser considerados os principais agentes do ato sexual, e o desejo sexual feminino continua a ser amplamente ignorado, ‘como se o lugar das mulheres devesse permanecer limitado a afetividade’” (p.95).

Evidencia-se a proposta de uma atividade sexual em meio a um relacionamento, não pelo prazer que possa dar, ou pelo afeto que acaso represente, mas sim como um meio de ter o homem ao seu lado ou dele obter favores. A vontade, o desejo

da mulher (tanto em ter ou não relações sexuais) não chega a ser expressa. Ela terá relações sexuais porque estas são consideradas necessárias; “instrumentos” para conduzir o homem ao casamento. Opção totalmente diferente da que é dada a eles, tanto que se recomenda a elas alerta quanto ao real interesse do homem, que nem sempre é o conjugal, porque para ele ter uma relação sexual não há necessidade de ligação afetiva ou continuidade do relacionamento. Um outro atributo feminino delineado refere-se à falta de autenticidade em um modo de ser que possa “disfarçar” qualidades que, se expressas, não seriam eficazes para a conquista. Deve-se disfarçar toda e qualquer característica de força, inteligência e autonomia sob a maneira frágil de ser.

A habilidade de atrair deve ser igualmente substituída pela de avaliação e escolha de parceiro, fundamentadas nas capacidades tidas como tipicamente femininas de percepção, intuição e observação. Delineia-se, deste modo, toda uma racionalidade como aspecto integrante das feminilidades positivamente consideradas quando da atuação no processo de conquista do parceiro, que se choca ou que visa igualmente a substituir --porque não se mostra a possibilidade de se associar-- à característica que iguala feminilidade e expressão de emoções. Simultaneamente, a esta feminilidade composta por este traço masculino --a racionalidade-- barra a expressão de outros traços mesmo que femininos. Esta configuração mostra contrastes que são facilmente “disfarçados”; entretanto, não deixam de existir e marcam, por isto, uma feminilidade que porta em seu traçado o que Johnson (1974 in Scott, 1994) refere como “as forças de significação em guerra no interior do texto” (p.20).

Assim, o objetivo com o atributo de racionalidade é o de que o desenvolvimento deste traço delineie uma feminilidade de características ativas quando da seleção de parceiro. Ativas tanto para o controle dos próprios comportamentos como para a análise do parceiro. No entanto, os parâmetros possibilitadores da expressão de traços tidos por masculinos encontram-se alocados não na feminilidade, mas sim nas preferências masculinas. É desejo masculino que a feminilidade se expresse em conformidade a suas expectativas.

À parte, a expressão de comportamentos diretamente ligados à conquista, compõe ainda o traçado da feminilidade na auto-ajuda, uma série de atributos referidos à atuação social. O trabalho é tarefa a se exercer sem que se percam características típicas femininas, como a expressão de afetos, por exemplo. Deve estar associado à função de maternidade e não substituí-la, sendo o inverso --a maternidade substituir o trabalho-- considerado o aspecto mais característico da feminilidade. Configura-se, conseqüentemente,

como necessidade típica da feminilidade, um casamento que lhe possibilite obter do parceiro a provedoria financeira, que, por sua vez, caracteriza como tipicamente femininas a preocupação e a avaliação do status profissional do parceiro e de suas condições financeiras. O desejo de um casamento, como recurso para mudança de classe social, torna-se, deste modo, uma expectativa tida como feminina.

Toda esta configuração redundante na atribuição maior às mulheres da responsabilidade pelos relacionamentos. Se todas estas habilidades lhes são tão típicas, é coerente então que recebam tal “incumbência”, mesmo que por vezes contrariem algumas de suas outras características como se constata no caso da separação. A necessidade feminina de relações estáveis é superada pela necessidade preponderante de relações construtivas.

No universo de textos pesquisados (Alves, 2005) tem-se por tipicamente masculino certo grau de exibicionismo vinculado à capacidade de atração. Olhares e sorrisos sedutores compõem a expressão corporal mais coerentemente delineada para os estilos de masculinidade. Esta característica não substitui, mas sim se associa as características avaliadas do parceiro em questão, marcando como esperado para a conjugalidade a avaliação tanto de traços de personalidade quanto de características físicas, além do comportamento sexual, no que se refere à sua expressão moral. Tem-se como característica masculina valorizar a seletividade daquela que se intenciona ter por parceira, devido a uma grande preocupação em torno das condutas sexuais.

Considera-se também atributo masculino uma atividade sexualmente intensa, sem envolvimento afetivo decorrente de necessidades sexuais ou de personalidade, como exibicionismo ou narcisismo que, por sua vez, delineiam como tipicamente masculinos um auto-centramento, expresso na desconsideração para com as necessidades do outro.

Tem-se por adequada, a intensa atividade sexual que qualifica a masculinidade como típica de caçadores (Queiroz & Moreira, 2001) desde que por um período; enquanto é útil para testar a seletividade desejada da parceira. Contudo, ela é superada por um desejo de afeto e exclusividade, de maneira análoga a que caracteriza a feminilidade, o que permite caracterizar como uma “atual” masculinidade aquela mais crente no amor (Shinyashiki, 1990). Tal característica não é atribuída em substituição a outras mais “tradicionais”, mas sim em associação a elas. Tanto assim, que Nunes (2002) classifica esta masculinidade como a desejada para o homem que ele considera “pronto”; aquele que está “social e sexualmente maduro e preparado para se apaixonar [...]”. Está desejando encontrar a mulher certa” (p.32).

Quanto à atuação social, independente das pretensões conjugais, mas a elas posteriormente alinhadas, conceitua-se como masculina a ênfase dada ao trabalho. A atuação profissional é uma das fortes características da masculinidade, que resultará no âmbito da conjugalidade, na atribuição da provedoria financeira do casal.

A masculinidade não se caracteriza como a feminilidade, por atributos considerados camufláveis, uma vez que contraproducentes à conquista. A masculinidade parece mais alinhada ao que se tem por atividade típica da conquista; a atração de parceiros. De tal forma que é, apenas, para a masculinidade que se prescreve o aprimoramento das habilidades de sedução, principalmente das que envolvem a expressão direta do desejo, por meio da corporalidade.

Ao confrontar a caracterização das masculinidades e a das feminilidades com a intenção de conjugá-las, parece possível compreender que o padrão de feminilidade configurado pela literatura de auto-ajuda, no endosso de comportamentos de avaliação do parceiro, pressupõe a existência de um candidato prévio, pois somente deste modo, a tarefa de seleção (avaliação e escolha) pode ocorrer. Esta literatura caracteriza como tarefa masculina, pôr-se como candidato e, como tarefa feminina, selecionar o candidato.

A acepção de conquista de parceiro/a fica, então, diferenciada de acordo com o sexo de quem a coloca em prática, pois a caracterização de gênero está alinhada ao sexo dos parceiros. Todo o receituário que se oferece à mulher demanda que ela já tenha, de antemão, um candidato que assim se mostrou por iniciativa própria. Na abordagem, por exemplo, de lugares a serem frequentados com a intenção de arranjar um parceiro, não se indica às mulheres algumas condutas para transformar os presentes no local, em possíveis candidatos. Não se ensina às mulheres a transformar homens em candidatos. Apenas, quando eles se apresentam como tal é que elas podem agir.

Vale ainda ressaltar que, no âmbito da conjugalidade ou para além dela, a literatura de auto-ajuda cria o que se pode considerar um “dispositivo de afetividade” à moda de Foucault (1985, 1988 e 1998) que concebe nossa sociedade como construtora de um dispositivo de sexualidade --sexo como instância mais de discurso que ação. O afeto é dito importante, e não apenas neste segmento da conjugalidade. Inúmeras são as obras de auto-ajuda que, na atualidade, se dispõem a falar sobre afeto, a diz-

er de sua importância, mas quase que a apagá-lo em sua existência. Discursa-se sobre um afeto impalpável, pois este não é considerado nem como conteúdo do que se ensina, nem como parte do processo de aprendizagem. Trata-se da exacerbação da cisão.

Amor separado de sexo, afeto separado de razão, cognição separada de emoção, gênero alinhado a sexo configuram a literatura de auto-ajuda que pretende ajudar leitores a construir e posteriormente, cuidar de suas conjugalidades.

Referências

- ALVES, V. 2005. Receitas para a conjugalidade: Uma análise da literatura de auto-ajuda. UNICAMP. Campinas.
- BOZON, M. 2004. Sociologia da Sexualidade. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV.
- BUTLER, J. 2003. Problemas de Gênero: Feminismo E Subversão. Tradução Renato Aguiar. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira.
- CORRÊA, M. 2004 Fantasias corporais. In PISCITELLI, A., GREGORI, M. & CARRARA, S. Sexualidades e Saberes: Convenções e Fronteiras. (173-182). Rio de Janeiro: Garamond.
- FAUSTO-STERLING, A. 2001/02. Dualismos em Duelo. Cadernos Pagu, (17-18), 9-79.
- FOUCAULT, M. 1985. Historia da sexualidade, 3: O cuidador de si. Tradução de Maria Thereza Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. 1988 Historia da sexualidade, 1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza Albuquerque e J. A Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. 1998 Historia da sexualidade, 2: O uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza Albuquerque e J. A Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal
- GAUNTLETT, D. 2002. "Self-Help Books And The Pursuit Of A Happy Identity", Extended Version Of Material From Media, Gender And Identity: An Introduction (Routledge), posted at <http://www.theoryhead.com/gender>
- GIDDENS, A. 1993. A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP.
- HEILBORN, M. 1999. Construção de si, gênero e sexualidade. In HEILBORN, M. (org.) Sexualidade. (7-20). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- LOURO, G. 2002. Gênero: questões para a educação. In BRUSCHINI, C. UMBEHAUM, S. (orgs). Gênero, democracia e sociedade brasileira. (225-242). São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora 34.
- MARTHE, M. 2002. O Auto-Astral da Auto-Ajuda. Revista Veja, 35 (45), 115-122.
- PAUL, A. 2001 Self-help: Shattering the myths. Psychology Today, 34, 2: 60-82.
- PISCITELLI, A. 2003. Comentário. Cadernos Pagu, 21: 211-218.
- SCOTT, J. (1994). Prefácio: A Gender And Politics Of History. Cadernos Pagu., 3: 11-27.
- SIMONDS, W. (1996). Women and Self-Help Culture: Reading between The Lines. New Jersey: Rutgers University Press.
- ZIMMERMAN, T., HADDOCK, S. & MCGEORGE, C. (2001) Mars and Venus: Unequal Planets. Journal of Marital and Family Therapy, 27: 55-68